



Número: **0800001-50.2020.8.15.0941**

Classe: **PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL**

Órgão julgador: **Vara Única de Água Branca**

Última distribuição : **02/01/2020**

Valor da causa: **R\$ 12.656,25**

Assuntos: **ACIDENTE DE TRÂNSITO**

Segredo de justiça? **NÃO**

Justiça gratuita? **SIM**

Pedido de liminar ou antecipação de tutela? **NÃO**

Partes		Procurador/Terceiro vinculado	
K. H. G. (AUTOR)		VANESSA SAMARA FERREIRA LEANDRO (ADVOGADO)	
JAKES HERCULANO GOMES (REPRESENTANTE)		VANESSA SAMARA FERREIRA LEANDRO (ADVOGADO)	
SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A. (RÉU)			
Documentos			
Id.	Data da Assinatura	Documento	Tipo
27283325	02/01/2020 16:18	Petição Inicial	Petição Inicial
27283326	02/01/2020 16:18	7 LAUDO	Outros Documentos
27283327	02/01/2020 16:18	6 DOCUMENTAÇÃO MEDICO HOSPITALAR	Outros Documentos
27283328	02/01/2020 16:18	5 BOLETIM DE OCORRENCIA	Outros Documentos
27283329	02/01/2020 16:18	4 COMPROANTE DE RESIDENCIA	Outros Documentos
27283330	02/01/2020 16:18	3 IDENTENICAÇÃO RESPONSÁVEL LEGAL	Outros Documentos
27283331	02/01/2020 16:18	2 IDENTIFICAÇÃO CIVIL	Documento de Identificação
27283337	02/01/2020 16:18	PROCURAÇÃO	Procuração
27283339	02/01/2020 16:18	8 DOC COMPLEMENTARES--	Outros Documentos
27603289	21/01/2020 23:10	Decisão	Decisão

EXCELENTÍSSIMO SENHOR DOUTOR JUIZ DE DIREITO DA ____ª VARA CÍVEL DA COMARCA DE AGUA BRANCA- PARAIBA.

KAIO HERCULANO GOMES, brasileiro, solteiro, estudante, portador do CPF 15424080405, representado neste ato por seu genitor o Sr. **JAKES HERCULANO GOMES**, brasileiro, casado, autônomo, portador do RG nº 3182103 e CPF 06273819440, residente e domiciliada na Rua José Ferreira Moreno, SN, Bairro José Benoni, cidade de Água Branca, CEP 58748-000, Estado da Paraíba, por seu advogado *in fine* assinado, vem, respeitosamente, perante Vossa Excelência, com fulcro na Lei nº. 6.194/74 com as alterações trazidas pela Lei nº. 11.482/07 c/c o art. 319 do NCPC/2015, propor a presente **AÇÃO ORDINÁRIA DE COBRANÇA DO SEGURO OBRIGATÓRIO (DPVAT)** em face da **SEGURADORA LÍDER DOS CONSÓRCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.**, Pessoa Jurídica de Direito Privado, inscrita sob o CNPJ de nº 09.248.608/0001-04, neste ato representado na pessoa de seu responsável, com endereço na RUA SENADOR DANTAS Nº 74, 5ºANDAR - CENTRO RIO DE JANEIRO - RJ, CEP. 20031205- Fone: (021) 3861-4600 - FAX: 2240-9073, com endereço eletrônico www.seguradoralider.com.br, devendo ser regularmente citada para responder aos fundamentos fáticos e jurídicos expostos a seguir:

PRELIMINARMENTE:

-

DA GRATUIDADE PROCESSUAL:

O(a) promovente em face da impossibilidade de arcar com custas e gastos processuais vem requerer a **CONCESSÃO DE JUSTIÇA GRATUITA.**



Determina a lei nº 1.060/50, que fará jus ao referido benefício àquele que não possuir condições financeiras suficientes para arcar com os gastos inerentes ao processo sem causar prejuízos ao seu sustento e da sua família.

Os custos e as demais despesas processuais latentes ao processo não podem ser suportados pelo promovente, sem, contudo, causar-lhe prejuízos e dificuldades na sua manutenção e sobrevivência.

A lei nº 1.060/50 é considerada medida especial, criada com o derradeiro fim de possibilitar que todos possam ter acesso efetivo ao Poder Judiciário, efetivando o comando constitucional descrito no artigo no artigo 5º, XXXV da Carta Magna.

Outrossim, tal ato normativo condiciona a concessão do respectivo benefício a simples Declaração subscrita pelo próprio beneficiário da impossibilidade de suportar o acúmulo das despesas processuais com aquelas despendidas em seu sustento.

Por isso, requer o autor, que seja concedido o pedido de **JUSTIÇA GRATUITA**, uma vez que carece de recursos que possibilitem cumular os gastos processuais com o seu sustento, como declarado no documento em anexo.

DOS FATOS

-

Consoante comprova a inclusa documentação, a parte Autora foi vítima de acidente de trânsito ocorrido no dia **06/03/2018**, o que lhe causou, **PERDA COMPLETA DA MOBILIDADE DE UM DOS TORNOZELOS, ACARRETANDO-LHE SEQUELAS PERMANENTES**, como demonstra a documentação médica em anexo.

Registre-se que a autora postulou administrativamente o recebimento do seguro DPVAT, sinistro registrado sob o nº **3180286687**, obtendo pagamento parcial no valor de **R\$ 843,75 (Oitocentos e quarenta e três reais e setenta e cinco centavos)** restando à parte autora o direito da diferença de **R\$ 12.656,25 (Doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**.

Consubstanciado a isso e pela análise das provas, não dúvida quanto ao fato, bem como suas consequências e o nexo causal que as une, pois esta documentalmente



provada a lesão sofrida e a sua extensão. Outrossim, **o pagamento administrativo vale confissão tácita dos fatos e do direito** do requerente face ao Seguro, relevante assim o **nexo causal do conflito**.

DO DIREITO

DA POSSIBILIDADE DO PEDIDO DA DIFERENÇA PAGA PELO SEGURO DPVAT

A questão vertente exige a exegese da norma constante dos artigos 3º e 5º da Lei 6.194/74, com as atualizações da Lei 11.945/09, pelo qual se depreende de modo inequívoco, havendo INVALIDEZ PERMANENTE, o valor da indenização deve ser de até R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais), a ser paga de acordo com o real grau de invalidez da vítima, que deverá ser através de perícia médica, que ora requer a parte autora.

*Art. 3º Os danos pessoais cobertos pelo seguro estabelecido no art. 2º desta Lei compreendem as indenizações por morte, **invalidez permanente e despesas de assistência médica e suplementares**, nos valores que se seguem, por pessoa vitimada:*

*II - até R\$ 13.500,00 (treze mil e quinhentos reais) - em caso de morte ou **invalidez permanente**; e (Incluído pela Lei nº 11.482, de 2007).*

(...)

*Art.. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e do dano decorrente, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.** (grifo nosso)*

§ 1º A indenização referida neste artigo será paga com base no valor vigente na época da ocorrência do sinistro, em cheque nominal aos beneficiários, descontável no dia e na praça da sucursal que fizer a liquidação, no prazo de 30 (trinta) dias da entrega dos seguintes documentos:

a) certidão de óbito, registro da ocorrência no órgão policial competente e a prova de qualidade de beneficiários no caso de morte;

b) Prova das despesas efetuadas pela vítima com o seu atendimento por hospital, ambulatório ou médico assistente e registro da ocorrência no órgão policial competente - no caso de danos pessoais.

§ 2º Os documentos referidos no § 1º serão entregues à Sociedade Seguradora, mediante recibo, que os especificará.



§ 3º Não se concluindo na certidão de óbito o nexo de causa e efeito entre a morte e o acidente, será acrescentada a certidão de auto de necropsia, fornecida diretamente pelo instituto médico legal, independentemente de requisição ou autorização da autoridade policial ou da jurisdição do acidente.

§ 4º Havendo dúvida quanto ao nexo de causa e efeito entre o acidente e as lesões, em caso de despesas médicas suplementares e invalidez permanente, poderá ser acrescentado ao boletim de atendimento hospitalar relatório de internamento ou tratamento, se houver, fornecido pela rede hospitalar e previdenciária, mediante pedido verbal ou escrito, pelos interessados, em formulário próprio da entidade fornecedora (...)

Dessa forma, **restando comprovado o acidente de trânsito e as sequelas oriundas deste, faz jus a parte autora** ao recebimento do SEGURO DPVAT POR INVALIDEZ, NO VALOR DE ATÉ R\$13.500,00 (treze mil e quinhentos reais).

-

DA INEXISTÊNCIA DE PREVISÃO LEGAL PARA A APRESENTAÇÃO DE LAUDO DO IML COM A PETIÇÃO INICIAL – INSTRUÇÃO PROBATÓRIA

-

A fim de garantir o princípio da celeridade processual, vale-nos ressaltar, de antemão, que a Lei 6.194/74 NÃO atribuiu ao laudo do Instituto Médico Legal (IML) o caráter de documento indispensável à propositura da ação de cobrança do seguro DPVAT nos casos de invalidez. Segundo o normatizado em seu art. 5º O pagamento da indenização será efetuado mediante **simples prova do acidente e dano decorrente**, independentemente da existência de culpa, haja ou não resseguro, abolida qualquer franquia de responsabilidade do segurado.

A toda prova, tal verificação pode ser feita por perícia médica a ser realizada na fase de instrução. Na verdade, os documentos indispensáveis de que trata o art. 320 CPC devem ser entendidos apenas como aqueles necessários para a ação possa validamente ser proposta, sob o aspecto formal, não se confundindo com a atividade probatória, voltada a prova dos fatos alegados, que é atinente ao aspecto material.

DA LEGITIMIDADE PASSIVA QUE PERMEIA A EMPRESA-RÉ:

-

Conforme determina a lei nº 6.194/74 com as suas modificações dadas pela nova Lei nº. 11.482/07, o pagamento do DPVAT poderá ser efetuado junto a quaisquer umas



das seguradoras que façam parte do Consórcio das Seguradoras, coordenada pela FENASEG, instituída pela Resolução 1/75 do CNPS.

Desse modo tem-se que a promovida figura neste rol de empresas, e assim possui legitimidade para figurar no rol de devedoras. Outro não é o entendimento exarado por nossos Tribunais, *in verbis*:

SEGURO OBRIGATÓRIO DE AUTOMÓVEIS – DPVAT – *As seguradoras privadas, integrantes do consórcio instituído pela Resolução 1/75 do Conselho Nacional de Seguros Privados (CNSP) e revigorado pela Lei n° 8.441/92, são responsáveis não só pelas indenizações por morte e invalidez permanente, como pelas despesas médico-hospitalares em caso de ferimento das vítimas, não estando desobrigadas de indenização nesses casos por efeito dos artigos 7° e 27 das Leis n°s. 7.604/87 e 8.212/91, respectivamente.*

A destinação à seguridade social por efeito dessas leis, parte dos prêmios dos seguros obrigatórios, tem em vista apenas o custeio da assistência médico-hospitalar em estabelecimentos mantidos ou conveniados com a previdência social, dispensada esta, assim, do ônus de cobrar-se de tais despesas caso a caso das seguradoras, cobertos que são seus dispêndios da espécie com a aludida participação de uma parcela dos prêmios.

Direito do segurado ou seu sub-rogado de cobrar-se de tais gastos de qualquer das seguradoras integrantes do consórcio. Falta de impugnação específica dos custos de cada atendimento, torna-os presumidamente corretos (CPC, art. 302) Apelo desprovido. (TJSC – AC 47.951 – 4° C. Civil – Rel. Des. João José Schaefer – DJSC 05.04.95) IN: CD-Ron júris síntese. – Destaque nosso -

Ademais, veja-se o seguinte julgado:

EMENTA: FACULDADE DE ESCOLHA DA SEGURADORA. FINALIDADE DO VEÍCULO. IRRELEVÂNCIA. *Qualquer seguradora responde pelo pagamento da indenização do seguro obrigatório, pouco importando a condição do veículo e a finalidade a que se destina, defeso trona-se a imposição de limites por Resolução. (Acórdão n° 2.115/01, proferido nos autos do Recurso n° 926/01, publicado do DJ-MA em 06/07/01) – Destaque nosso –*

Ocorre que, as seguradoras exploradoras do seguro DPVAT, embora a existência de todo o amplo acervo de determinações constantes em lei, tendem a dificultar o pagamento e o resgate dos referidos valores, ao passo que o direito líquido e certo dos segurados encontram barreiras mantidas pela ampla estrutura e logística que envolvem tais empresas.

Pois bem, Excelência, a Promovente junta a presente demanda, toda a documentação exigida pela nossa legislação processual e demais documentos que comprovam a ocorrência do sinistro e sua posição legítima na relação, entretanto adstrito a facilidade que



dispõe a lei procura a parte ré dificultar o pagamento e o adimplemento do seu dever de órgão segurador.

Assim, a liquidação do dito Seguro Obrigatório nas vias administrativas, referente ao exercício do acidente, tendem a ser procrastinado através do uso de invólucros e regras que afastam o sentido garantidor e célere presente na *legis*, restando o Poder Judiciário como único meio para a reivindicação e o adimplemento dos ditos valores possam efetivamente serem realizados.

Por tudo isso, vem o promovente, a este Douto Juízo a fim de ver adimplido o seu pleito, demonstrando ser pessoa legítima a figurar na relação que aqui se inicia, além de igualmente comprovar ser a parte ré, legítima devedora, de modo que todos os elementos que vislumbram a quitação do Seguro DPVAT, restaram todos comprovados restando assim o seu adimplemento como medida que se mostra legítima e extremamente necessária.

DOS PEDIDOS

-

EX POSITIS, requer a total procedência da presente ação para condenar a empresa demandada no pagamento da **R\$ 12.656,25 (Doze mil seiscentos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos)**, valor remanescente à título de Seguro Obrigatório-DPVAT, compreendendo o teto legalmente estabelecido, haja vista não serem proporcionais à invalidez resultante do sinistro.

Requer também, caso julgue necessário, a designação da perícia médica para a fim de investigar a existência da invalidez permanente, bem como, a gravidade da lesão sofrida pela autora em cotejo com a tabela constante no anexo incluído pela Lei nº. 11.945/2009.

Que seja apresentado por parte da Seguradora demandada, cópia integral do processo administrativo na íntegra, sob pena de cominação de multa diária.

E, ainda, a aplicação de juros e correção monetária, a partir do evento danoso, bem como, a condenação da demandada no pagamento dos honorários advocatícios na ordem de 20% (vinte por cento) sobre o valor da esperada condenação.



REQUERIMENTOS FINAIS

A parte autora requer que lhe sejam concedidos os benefícios da gratuidade da justiça, diante da sua manifesta insuficiência de recursos para pagar as custas, as despesas processuais, os honorários advocatícios e periciais sem prejuízo do próprio sustento ou de sua família, motivo pelo qual tais despesas merecem ser dispensadas nos termos do art. 98 e seguintes do NCPC (Lei nº. 13.105/2015) e da Lei nº. 1.060/50.

Por mera liberalidade, o(a) autor(a) opta pela realização da audiência de conciliação ou de mediação, não se opondo à composição amigável da presente lide, nos termos do art. 319, inc. "VII" do NCPC, requerendo desde já a citação da empresa ré para comparecer na data e hora designadas e, não havendo auto composição, apresente sua contestação no prazo legalmente determinado sob pena das medidas judiciais cabíveis.

Protesta provar o alegado por todos os meios de prova em direito admitidos, e necessários, notadamente, através de novos documentos, além do depoimento pessoal das partes, perícia técnica e outros mais que vierem a surgir e que, desde já, ficam requeridos.

Dá-se à causa o **R\$ 12.656,25 (Doze mil seiscientos e cinquenta e seis reais e vinte e cinco centavos).**

Nestes Termos,

Pede deferimento.

Patos – PB, 10/12/2019.



VANESSA SAMARA FERREIRA LEANDRO

OAB/PB 24411

QUESITOS DA PARTE AUTORA:

A parte autora sofreu algum(s) tipo(s) de fratura?

Em caso positivo, queira informar se desta(s) gerou debilidade permanente?

Apresenta limitação dos movimentos do(s) membro(s) fratura(s)?

Apresenta limitação funcional do(s) membros afetado(s)?

Sofreu debilidade permanente? Sofreu deformidade permanente?

A parte autora sofreu incapacidade para o trabalho?

Queira o i. *expert* acrescentar o que entender devido.





Dr. Stênio Guy Wanderley de Araújo

ESPECIALISTA EM ORTOPEDIA, TRAUMATOLOGIA E REUMATOLOGIA

LAUDO ORTOPEDICO

Atendi KATIO HEREMILANO GOMES

que se acidentou com moto
no dia 06-03-17, quando sofreu
grave fratura (a perna esquerda
ficou presa nos raios de roda
de moto). Após a ferida
muito profunda que atingiu TÊN-
DOES LATERAIS, T.R.S. P.E.C. Foi
cinturado e posteriormente fixado
foco; tratados fisioterapêuticos.
Ficaram sequelas: déficit pl de embre-
lar; limitação de movimentos de
articular do tronco lesado
(40mm)

11 DEZ. 2018

Tels.: (83) 3421-2857
9 8836-0812

Rua Bossuet Wanderley, 433
Centro - Patos-PB.



Processo cicatricial dolorosa e diminuição
da massa muscular (atrofia); Avel 10%.

Claudicação grande quando se não consegue
caminhar com qualquer criança.

CID: T93.2

04-12-18

Renio Guy W. Araújo
CRM 1325 - CBO 223146
Ortopedia / Traumatologia

11 DEZ. 2018





AGUA BRANCA

PREFEITURA DE AGUA BRANCA
SECRETARIA DA SAUDE

UNIDADE PRESTADORA DE SERVIÇOS
HOSPITAL MUNICIPAL DE AGUA BRANCA - PB
Rua José Thomaz Figueiredo, s/n, Centro, Água Branca - PB
CNPJ: 06.942.969/0001-06

09.03.18
Maurício
S.E. Braga

FICHA DE ATENDIMENTO AMBULATORIAL

PACIENTE

Nome: **Kamellano Gomes**

Data: **04/04/18**

Endereço: **Estudante**

Cidade: **Agua Branca PB**

CPF: **938 033 033 4096**

RACIA / COR

ANAMNESE E EXAME FÍSICO (SUSMATO)

Pte de entrada em queda
de lado, com fratura
aberta do calcâneo com fratura
de mesa.

EXAMES REALIZADOS NA UNIDADE (TIPOS)

RESULTADOS

MATERIAIS, MEDICAMENTOS E OUTROS RECURSOS

CARACTER DO ATENDIMENTO

DIAGNOSTICO

MEDICACAO

ENCAMINHAMENTO

SERVIÇOS REALIZADOS (CODIGO DO PROCEDIMENTO)
030J0J0012

ASS. DO (S) PROFISSIONAL (S) ASSISTENTE (S) - CAMARGO

CNS

ASS. DO PACIENTE / ACOMPANHANTE OU RECEPÇÃO

x Rosângela Gomezada Silva

ASS. DO CHEFE DA UNIDADE + CAMARGO

ASSISTENTE DO SERVIÇO + CAMARGO

Dra. Wellane P. Rodrigues
MÉDICA
CRM-CE 18.908

20 JUN. 2018





GOVERNO DA PARAÍBA
SUS - SISTEMA ÚNICO DE SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL "DEP. JANDUHY CARNEIRO"



LINDO OBRAS

Handi KMO

HERMÃO BOMBS

que se encontra

com muito mais

de 10/18 para

(após 10/18 para)

10/18 para

3 de 19.

Estado Civil: Solteiro
Data de Nascimento: 11/04/1983
CPF: 208.753.177.10000

leito a 19/04/18

o 10/18

EMIT

LEANDRO

11-04-18

Rua Horácio Nobrega, S/N - Belo Horizonte
Tel.: (83) 3423-2741 - Patos - PB.

20 JUN. 2018



ATENDIMENTO COM ACOULHIMENTO E CLASSIFICAÇÃO DE RISCO

Data	Hora	Idade	Gênero*	Nome/Nome Social																						
06/03	18:00	HC	M	Mauro Henrique Gomes																						
Origem*	HOSP - Infância																									
Queixa Principal/História Atual da doença/Início dos sintomas:	Prontidão no atendimento.																									
Motivo do atendimento:	1º atendimento																									
Cidade:	Cidade: Patos																									
Transporte:	Carro particular																									
Uso de Medicação?	N () S ()																									
Temp:	ac	Pulso:	bpm	Reso:																						
			irpm	SpO ₂																						
			% PA																							
Dor:	<table border="1"> <tr> <td>0</td> <td>1</td> <td>2</td> <td>3</td> <td>4</td> <td>5</td> <td>6</td> <td>7</td> <td>8</td> <td>9</td> <td>10</td> </tr> <tr> <td colspan="3">Sem dor</td> <td colspan="2">Dor leve</td> <td colspan="2">Dor moderada</td> <td colspan="2">Dor severa</td> <td colspan="2">Dor muito severa</td> </tr> </table>				0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10	Sem dor			Dor leve		Dor moderada		Dor severa		Dor muito severa	
0	1	2	3	4	5	6	7	8	9	10																
Sem dor			Dor leve		Dor moderada		Dor severa		Dor muito severa																	
Classificação de Risco:																										
() Vermelho () Verde																										
() Amarelo () Azul																										
Especialidade Médica: Urologia																										
Acompanhante: () S/ Acomp. (Setor Crítico) () S/ Acomp. (pcte consciente, orientado e capaz de autocuidado)																										
(X) Acomp. p/ menor de 18 anos ou maior de 60 () Acomp. p/ pcte com cond. clínica limitadora																										

* Consultar tabela para preenchimento

ENFERMEIRO/CARIMBO

20 JUN. 2018

HOSPITAL REGIONAL DEP JANDUHY CARNEIRO
RUA HORACIO NOBREGA, S/N
PATOS PARAIBA (83)3423-2741

Cod. Intern. 29051

Pronuano	108109
----------	--------

Data/Hora 6/3/2018 15:32:09

Ocorrência: DOR NO PE

Classif. Risco: VERDE

Transporte: TRANSPORTE DE OUTROS ORGAOS PUBLICOS

Origem: PATOS - HOSPITAL INFANTIL NOALDO LEITE

Req: N Enc: S

Servidor do Dr.

Paciente KAIO HERCULANO GOMES

Idade: 6 Gênero: HOMEM CIS

Filiação

Filiacão I ROZANGELA GOMES DA SILVA

Filiação II JACQUES HERCULANO GOMES

Endereco

Cidade AGUA BRANCA - PB - 58748-000 - 2500106

Endereço: JOSE FERREIRA MORENO

Bairro: JOSE BENONE

Naturalidade: AGUA BRANCA - PB

Fone (83)99814-1215

Documentos

CNS 898-0037-0307-4096

Identidade:

CPF

Reg. Nasc.

Informações adicionais

Nascimento 4/4/2011

Cor. PARDA

Estado Civil: SOLTEIRO(A)

Profissão: ESTUDANTE

Responsável:

ANAMNESE (História da Moléstia atual, antecedentes pessoais, antecedentes hereditários)

EXAMES OBJETIVOS: (Inspeção geral, exame da região afetada, exame dos diversos aparelhos)

20 JUN. 2018

EXAMES COMPLEMENTARES: (Raio X, laboratórios)

Diagnóstico

DADOS DA SAÍDA

Data: 08 103 118

Hora: 08 H 30 Min

Motivo: () Alta Curado (☒) Alta Melhorado (☒) Alta a pedido () Transfência () Evasão () Ôbito

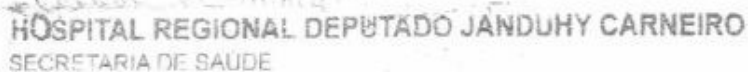
Médico/CRM


Dr. Leonardo Monteiro
Otorrinolaringologista
Lectra e Logivern

Letra da Lei não é legal (CEM Cap. 3, Art 11)

SAATCHI & SAATCHI



20 JUN. 2018

NOTA DE SALA - CIRURGIA GERAL					
PACIENTE <i>Raio Herculano Gomes</i>					GOVERNO DA PARAIBA SECRETARIA DE SAÚDE 
QT.	LEITO	CONVÊNIO	IDADE	REGISTRO	
		<i>305</i>	<i>06</i>	<i>108709</i>	
CIRURGIÃO			ANESTESISTA		
<i>Dr. Cirurgião de Sutura em pé (P)</i>			<i>Dr. Marcelo Sampaio</i>		
ANESTESIA			INSTRUMENTADORA		
<i>Sedação e local</i>			<i>Lidiane</i>		
DATA		INÍCIO	FIM		
<i>06.03.18</i>		<i>17:00</i>	<i>17:50</i>		
					HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDURY CARNEIRO

MATERIAL

QUANTIDADE	MATERIAL	QUANTIDADE	MATERIAL
	TX. de Instrumentador		Equipo p/ soró e sangue
	TX. Capnógrafo		Scalp
	TX. Bomba de Infusão		Luvas Est. p/ Procedimentos
	TX. Aplicação de Sangue		Lâmina de Bisturi <i>n= 15</i>
	TX. Monitor Córdio-Respirador		Sonda de Foley
	TX. de Laser		Coletor de Urina
	TX. de Curativo		Seringa 1 ml
	TX. de Instalação S. Vesical		Seringa 3 ml
	TX. Sala		Seringa 5 ml
	TX. Bisturi Elétrico		Seringa 10 ml
	TX. Aspirador Elétrico		Seringa 20 ml
	TX. Oxímetro de Pulso		Eletrodos desc.
	Neocain		Atadura de Crepom 10cm
	Halotano		Atadura de Crepom 20cm
	Thionembatal		Atadura Gessada 10cm
	Quelicin		Sonda Uretral
	Pavulon		Sonda Nasogástrica
	Dorminid		Éter Sulfúrico
	Fentanil 0,05mg		Dreno-Ponrose <i>5 F 99% resor.</i>
	Xilestesin a 5%		Dreno Sucção
	Inoval		Dreno de Tórax
	Xilocaína a 2%		Espadrado
	Etodimide		Xilocaína Gel
	Ketalar		Álcool 70%
	Pubicovaina 0,5%		PVPI Tintura
	Dimorf		Gases
	Lanexat 0,5ml		Algodão Hidrófilo
	Narcan		Algodão Ortopédico
	Forane		Glicex <i>estéril p/ o. 2</i>
	Sufenta		Vaselina Estéril
	Diazepam		Agulha descartável
	Água destilada 10ml		Pastilha de Formol
	Prostigmine		Fio Cromado 0 c/ agulha
	Atropina		Fio Cromado 0 s/ agulha
	Adrenalina		Fio Cromado 1 c/ agulha
	Efortil		Fio Cromado 1 s/ agulha
<i>250 mg</i>	Cefalotina 19g <i>ceftriaxona 1g</i>		Fio Cromado 2-0 c/ agulha
	Dixtal		Fio Cromado 2-0 s/ agulha
	Piasil		Cat-gut simples 0 c/ agulha
<i>1ml</i>	Dipirona		Cat-gut simples 0 s/ agulha
	Esparin 5000 VI		Cat-gut simples 2-0 c/ agulha
	Tilatil		Cat-gut simples 2-0 s/ agulha
	Amicacina 500mg		Cat-gut 2-0 p/ amigdalectomia
	Agulha de Raque Descartável		Cat-gut simples 3-0 c/ agulha
	Abbocate 20 e 22		Polycot 0 c/ agulha
	Polycot 0 s/ agulha		Polycot 2-0 c/ agulha
	Polycot 2-0 s/ agulha		Polycot 3-0 c/ agulha
	Polycot 3-0 s/ agulha		Prolene 2-0 c/ agulha
	Prolene 0 c/ agulha		<i>Flu Nylon 3-0</i>

20 JUN. 2018





GOVERNO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SAÚDE
HOSPITAL REGIONAL DEP. JANDUHY CARNEIRO



RELATÓRIO DE CIRURGIA

Nome:	RATTO CAVALCANTE		Nº prontuário
Data da Cirurgia	06/03/18	Enf.	Leito
Cirurgião	Dr. R. M. L.	1º Auxiliar	Dr. P. M.
Anestesista	Dr. M. M.	Tipo de Anestesia	General (E)
Diagnóstico Pré-Operatório			
Lesão elétrica de			
Tipo de Cirurgia			
Ligadura e sutura			
Diagnóstico Pós Operatório			
FNC + glicose			
Relatório Imediato do Patologista			
Exame Radiológico no Ato			
Acidente Durante a Cirurgia			

DESCRIÇÃO DA CIRURGIA

Via de Acesso – Tática e Técnica – Ligaduras – Drenagem – Sutura – Material Empregado – Aspectos Viscerais
1) Ligate e suture
2) Ligate e suture
3) Ligate e suture
4) Ligate e suture





GOVERNO DO ESTADO DA PARAÍBA
SECRETARIA DE ESTADO DA SEG. E DA DEFESA SOCIAL
16ª DELEGACIA REGIONAL DE POLÍCIA CIVIL
DELEGACIA DE POLICIA DE AGUA BRANCA/PB

BOLETIM DE OCORRENCIA

CERTIFICO, em razão do meu ofício e a requerimento verbal de pessoa interessada, que revendo o registro nº 42/2017, cujo teor passa a transcrever na íntegra. Aos 04 dias do mês de abril de 2018, nesta Delegacia de Polícia, onde se encontrava presente o Del. JULIO FERREIRA DE LIMA FILHO, por volta das 12h00min, compareceu o senhor: **SEBASTIÃO VIEIRA FERNANDES**, brasileiro, casado, agricultor, natural de Patos/PB, nascido em 06/05/1989, filho de Francisco Fernandes e Terezinha Vieira de Maria, residente na Vila Gravata, Águas Branca/PB, **Notificando QUE:** que no dia 06/03/2018 o declarante seguia guiando uma moto e que na garupa estava o menor **KAIO HERCULANO GOMES**, nascido em 04/04/2011, com 07 anos, filho de Jakes Herculano Gomes e Rosangela Gomes da Silva, que quando o declarante seguia na Rua José Ferreira Moreno, Kaio enganchou o pé nos raios da moto, que rapidamente o declarante parou a moto e que conseguiram retirar o pé de Kaio dos raios da moto, que Kaio foi socorrido por Policiais Cíveis para o Hospital Municipal de Água Branca onde foi atendido e encaminhado para o Hospital Regional de Patos onde passou por uma cirurgia e permaneceu três dias internado, que Kaio sofreu exposição do tendão do pé esquerdo. Que a moto conduzida pelo declarante era uma HONDA CG 150 TITAN MIX KS, VERMELHA, ANO FAB/MOD 2009, PLACA KGZ 9213, CHASSI 9C2KC16109R043541, EM NOME DE MARIA ALINE DOS SANTOS FERNANDES. Era o que continha o teor da presente ocorrência. O referido é verdade dou fé.

TERMO DE RESPONSABILIDADE: DECLARO ASSUMIR INTEIRA RESPONSABILIDADE CIVIL E CRIMINAL, referente ao Registro da Ocorrência supra, que deu origem a presente Certidão (Artigo 299, do C.P.B. – Falsidade Ideológica – Pena: Reclusão de 1 (um) a 5 (cinco) anos).

NOTIFICANTE: Sebastião Vieira Fernandes

ÁGUA BRANCA/PB, 04 de abril de 2018.

Isabella
ISABELLA CRISTINA SOARES GOMES
AGENTE DE INVESTIGAÇÃO
Mat. 168.555-4

DELEGACIA
DE
ÁGUA BRANCA-PB

20 JUN. 2018

DOCUMENTO ORIGINAL



JAKES HERCULANO GOMES
RUA JOSE FERREIRA MORENO, S/N - CASA - JOSE BENONI
AGUA BRANCA / PE CEP 55749000 (AS: 185)

Emissão: 22/05/2018 Referência: Mai / 2018

Classe/Subclasse: RESIDENCIAL / RESIDENCIAL MONOFÁSICO Br 230, Km 25 - Cristo Redentor - João Pessoa / PB - CEP 56071-080
Roteiro: 12 - 178 - 800 - 2604 Nº medidor: 00008977593

ENERGISA PARAIBA - DISTRIBUIDORA DE ENERGIA S/A
CNPJ 08.095.163/0001-40 Insc. Est. 16.016.823-0

Nota Fiscal / Conta de Energia Elétrica Nº 006 912.352
Cód. para Dth. Automática: 00017129214

Atendimento ao Cliente ENERGISA 0800 083 0196

Acesse: www.energisa.com.br

Conta referente a

Apresentação

Data prevista da

CPF/ CNPJ/ RANI

Mai / 2018

22/05/2018

próxima leitura

21/06/2018

6273819440

Insc. Est.

UC (Unidade Consumidora):

5/1712921-4

Canal de contato

Baixar o aplicativo Energisa ON em qualquer smartphone ou tablet.
Você terá acesso à segunda via da conta, mudança de titularidade,
informações sobre o faturamento e diversos outros serviços.
Tudo sem precisar sair de casa. Experimente e aproveite essas
facilidades.

Anterior		Atual		Constante	Consumo	Dias
Data	Leitura	Data	Leitura			
20/04/19	2028	22/05/18	2080	1	51	32
Demonstrativo						
Quilowatts (kWh) 1 kWh Base Calc. Alter. (R\$) Base Calc. Pro (R\$) Cofins (R\$)						
Trib. Tot. Total (R\$) ICMS (R\$) ICMS PIS/COFINS (R\$) (0,61923%) (2,8623%)						
0601	Consumo em kWh	51,000	0,691470	35,28	35,28	25
0601	Adic. B. Amarela	0,50	0,50	25	8,82	35,28
				0,12	0,50	0,22
0607	CONTRIB. ILLUM. PÚBLICA	8,16	0,00	0	0,00	0,00
				0,00	0,00	0,00

CCI Código de Classificação do Item TOTAL 43,92 35,78 8,84 35,78 0,22 1,01

Média últimos meses (kWh)

56

VENCIMENTO

29/05/2018

TOTAL A PAGAR

R\$ 43,92

Histórico de Consumo (kWh)

56 | 59 | 61 | 63 | 59 | 58 | 51 | 48 | 54 | 55 | 51 | 48
Mai/17 Jun/17 Jul/17 Ago/17 Set/17 Out/17 Nov/17 Dez/17 Jan/18 Fev/18 Mar/18 Abr/18

RESERVADO AO FISCO

22a7.2684.b32d.f5b0.6c20.2ebc.89cd.ed39.

Indicadores de Qualidade

31/05/2018 - Tabela

	Limites da ANEEL	Apurado	Limite de Tensão (V)
DIC MENSAL	14,53	3,53	NOMINAL 220
DIC TRIMESTRAL	29,06		
DIC ANUAL	3,30	1,00	CONTRATADA 202
FIC MENSAL	8,80		LIMITE INFERIOR 221
FIC TRIMESTRAL	13,20		
FIC ANUAL	4,14	0,00	LIMITE SUPERIOR 221
DMIC	12,22		
DMIC			

Discriminação	Valor (R\$)	%
Serviço de Distribuição de Energia/PE	1,00	2,27
Consumo de Energia	35,28	80,00
Serviço de Transmissão	0,50	1,14
Serviço de Setorização	0,12	0,27
Impostos Diretos e Encargos	8,84	20,00
Outros Serviços	0,00	0,00
Total	43,92	100,00

Valor do EUSD (Ref. 3/2018) R\$ 13,51

Perdas do Ramal 1 kWh

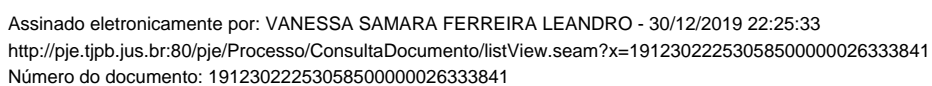
ATENÇÃO

Faturas em atraso

20 JUN. 2018



20 JUN. 2018





REPÚBLICA FEDERATIVA DO BRASIL
REGISTRO CIVIL DAS PESSOAS NATURAIS

Certidão de Nascimento

NOME:

Kaio Herculano Gomes

MATRÍCULA:

069237 01 55 2011 1 00014 158 0014434 64

Serviço Notarial e Registral
M^a Ivoneide Gonçalves César
- ESCRIVENTE ENCARGADO
CNPJ 06.748.900-00 - ÁGUA BRANCA-PB

DATA DE NASCIMENTO(POR EXTENSO) quatro de abril de dois mil onze			DIA 04	MES 04	ANO 2011
HORA DE NASCIMENTO 04:55	MUNICÍPIO DE NASCIMENTO E UNIDADE DA FEDERAÇÃO Patos-PB				
MUNICÍPIO DE REGISTRO/UF Água Branca-PB	LOCAL DE NASCIMENTO Maternidade Dr. Peregrino Filho			SEXO masculino	
FILIAÇÃO Jakes Herculano Gomes e Rozangela Gomes da Silva					
AVÓS PATERNOS: José Herculano Sobrinho e Maria Leuda Gomes Herculano MATERNOS: Manoel Gomes Neto e Josefa Virginia Gomes					
GÊMEOS NÃO	NOME E MATRÍCULA DO(S) GÊMEO(S) NÃO POSSUI				
DATA DO REGISTRO (POR EXTENSO) onze de abril de dois mil onze (11/04/2011)			DNV (DEC. NASC. VIVO) 3054539496-3		
OBSERVAÇÕES / AVERBAÇÕES SEM OBSERVAÇÕES					

NOME DO OFÍCIO Cartório do Registro Civil e Notas
OFICIAL REGISTRADOR Baltazar Barbosa César
MUNICÍPIO/UF Água Branca-PB
ENDEREÇO Rua Major Inocêncio, 56, centro, Email: cartoriobarbosacesar@bol.com.br, Água Branca-PB - Fone: (83) 3481-1117

O conteúdo da certidão é verdadeiro. Dou fé.

Água Branca-PB, 11 de Abril de 2011

M^a Ivoneide Gonçalves César

Maria Ivoneide Gonçalves César
Escrivente Compromissada

Serviço Notarial e Registral

Baltazar Barbosa César
- TITULAR -

M^a Ivoneide Gonçalves César
- ESCRIVENTE ENCARGADO
CEP. 58.748-000 - ÁGUA BRANCA-PB

20 JUN. 2018



 **Ministério da Fazenda**
Receita Federal
COMPROVANTE DE INSCRIÇÃO CPF

Número
154.240.804-05

Nome
KAIO HERCULANO GOMES

Nascimento
04/04/2011

CÓDIGO DE CONTROLE
7EC6.151A.18D4.2D1E



Emitido pela Secretaria da Receita Federal do Brasil
às 15:10:54 do dia 26/03/2018 (hora e data de Brasília)
dígito verificador: 00
VÁLIDO SOMENTE COM COMPROVANTE DE IDENTIFICAÇÃO

20 JUN. 2018





LEANDRO E DIAS
ADVOGADOS
PROCURAÇÃO

OUTORGANTE: JAROS MERCURIO GOMES, brasileiro(a),
portador do documento RG nº 3382303 e CPF de nº
062.738.194-40, residente e domiciliado na Rua
JOSE FERREIRA MOREIRA SN, Bairro
JOSE BEVONI, cidade de AGUIA BRANCA, CEP
58748-000, Estado PB.

OUTORGADO: Vanessa Samara Ferreira Leandro, brasileira, casada, inscrita na Ordem dos Advogados sob o nº 24.411, Paraíba, e Paulo Cesar Costa Dias, brasileiro, solteiro, advogado, inscrito na Ordem dos Advogados sob nº 22.523-B, Paraíba, com Escritório Profissional na Rua Rui Barbosa, S/N, Milindra II, sala 204 2º andar, Centro, Patos/PB, CEP: 58700-000.

Através do presente instrumento particular de mandato, o **OUTORGANTE** nomeia e constitui como seu procurador o **OUTORGADO**, concedendo-lhe amplos poderes, inerentes ao bom e fiel cumprimento deste mandato, bem como para o foro em geral, e os especiais para transigir, fazer acordo, firmar compromisso, substabelecer, renunciar, desistir, reconhecer a procedência do pedido, receber intimações, receber e dar quitação, praticar todos os atos perante repartições públicas Federais, Estaduais e Municipais, e órgãos da administração pública direta e indireta, praticar quaisquer atos perante particulares ou empresas privadas, recorrer a quaisquer instâncias e tribunais, podendo atuar em conjunto ou separadamente, dando tudo por bom e valioso, conforme estabelecido no artigo 105 do Novo Código de Processo Civil. Requerer, solicitar e pegar todos os prontuários, atestados, laudos e raio x, referente a minha entrada junto ao Hospital

Patos - Paraíba, 12 de DEZEMBRO 2019

JAROS MERCURIO GOMES

Dra. Vanessa Samara Ferreira Leandro
OAB/PB nº 24.411
(83) 9.9910-3948 9.9851-1409

Dr. Paulo Cesar Costa Dias
OAB/PB nº 22-523-B
(83) 9.9996-5021





LEANDRO E DIAS
ADVOGADOS
DECLARAÇÃO

DECLARANTE: JAKES HERWLAN O GOMES, brasileiro(a),
_____, _____, portador do documento RG nº
3382103 e CPF de nº 062.738.194-40, residente e
domiciliado na Rua JOSE FEMELIA ROSENDO, SN,
Bairro JOSE BENONI, cidade de AGUA BRANCA,
CEP 58748-000, Estado PB.

DECLARAÇÃO DE HIPOSSUFICIÊNCIA ECONÔMICA: Declaro nos termos da Lei nº. 7.115/83, perante este órgão judiciário, para o fim especial de obter a **GRATUIDADE DOS ATOS JUDICIAIS**, ser pessoa juridicamente pobre nos termos do § 4º do artigo 5º da lei nº 1.060/50, não podendo arcar com as despesas e encargos processuais sem prejuízo do seu sustento próprio e de sua família, em oportuno, assumo a responsabilidade por minhas afirmações tanto de pobreza como de residência, sujeitando-me às sanções civis e criminais previstas na legislação vigente em caso de falsidade do conteúdo desta declaração

DECLARAÇÃO DE RESIDÊNCIA: Declaro com base na Lei nº 7.115 de 29 de março de 1983 que resido no endereço acima identificado. Declaro ainda ser conhecedor das sanções cíveis, administrativas e criminais a que estarei sujeito caso as informações prestadas não sejam estritamente a verdade

Patos - Paraíba, 12 de Dezembro 2019.

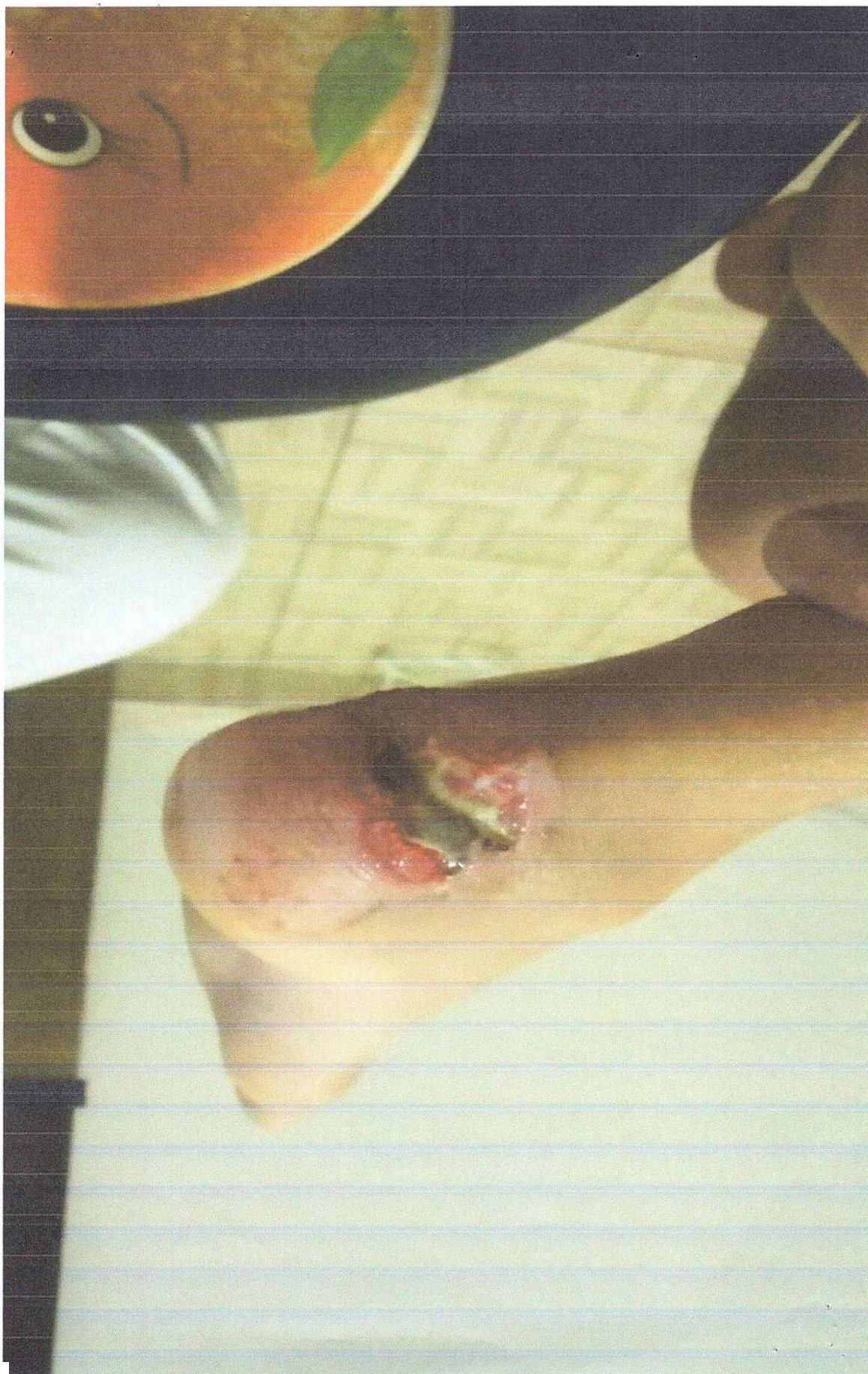
JAKES HERWLAN O GOMES

Dra. Vanessa Samara Ferreira Leandro
OAB/PB nº 24.411
(83) 9.9910-3948/ 9.9851- 1409

Dr. Paulo Cesar Costa Dias
OAB/PB nº 22-523-B
(83) 9.9996-5021











PODER JUDICIÁRIO
TRIBUNAL DE JUSTIÇA DA PARAÍBA
Vara Única de Água Branca

Rua Projetada, S/N, Centro, ÁGUA BRANCA - PB - CEP: 58748-000 - ()

Processo: 0800001-50.2020.8.15.0941

PROCEDIMENTO COMUM CÍVEL (7)

[ACIDENTE DE TRÂNSITO]

AUTOR: KAIO HERCULANO GOMES REPRESENTANTE: JAKES HERCULANO GOMES

Advogado do(a) AUTOR: VANESSA SAMARA FERREIRA LEANDRO - PB24411
Advogado do(a) REPRESENTANTE: VANESSA SAMARA FERREIRA LEANDRO - PB24411

RÉU: SEGURADORA LIDER DOS CONSORCIOS DO SEGURO DPVAT S.A.

DECISÃO

Vistos.

DEFIRO a gratuidade da justiça à parte autora.

Diante da improvável autocomposição nesta fase preliminar, deixo de designar audiência de conciliação.

1) **CITE-SE** a parte ré para contestar no prazo legal, sob pena de revelia, e para depositar em Juízo os honorários da Perita, sob pena de constrição via BACENJUD. Deverá com a contestação juntar os documentos que instruíram o procedimento administrativo, apresentar quesitos e recolher os honorários periciais.

2) Com a contestação, **INTIME-SE** a parte autora para impugnar a contestação no prazo de 15 dias úteis.

3) **NOMEIO** a médica perita Rosana Bezerra Duarte de Paiva, CRM/PB n.4183, cadastrada no TJPB/Convênio, e **FIXO** honorários no valor de R\$200,00 (duzentos reais) a serem pagos pela parte ré (Convênio n.015/2014).

4) **OFICIE-SE** a médica perita para realizar perícia, em conjunto com outros processos, na parte interdita, devendo ser designada data com prazo mínimo de 30 (trinta) dias, diante da necessidade de intimação da parte a ser periciada e as providências de seu deslocamento (art. 156, §5º do CPC/2015). Conste o prazo de 15 (quinze) dias para encaminhar o relatório da perícia, a contar da sua realização. Anexem-se ao ofício os quesitos do Juízo e das partes.



Os quesitos do Juízo são os estabelecidos no Convênio.

5) Com a data da perícia, **INTIME-SE** pessoalmente a parte autora para realizá-la levando todos os exames, notas fiscais de remédios, atestados, documentos pessoais etc.

6) Com a entrega do laudo, **EXPEÇA-SE** alvará de levantamento dos honorários periciais em favor da Médica Perita e **INTIMEM-SE** as partes do laudo.

7) Por fim, **FAÇA-SE** conclusão para Sentença.

ÁGUA BRANCA/PB, data da assinatura digital.

Odilson de Moraes

Juiz de Direito em Substituição

(assinado mediante certificado digital)

